

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVA OBJETIVA P₁ -- CONHECIMENTOS GERAIS --

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto CG1A1

O “economês” é uma linguagem própria dos economistas, repleta de termos técnicos, siglas e conceitos que, à primeira vista, podem parecer inacessíveis para quem não é da área. O uso dessa linguagem deve-se à função do economês: ele é a caixa de ferramentas do economista, os óculos conceituais que ajudam a enxergar, analisar e interpretar os complexos mecanismos que regem a produção, o consumo e a distribuição de riqueza na sociedade.

O economês não é uma linguagem criada para excluir, mas para sintetizar. Ele encapsula décadas — às vezes séculos — de conhecimento em palavras ou expressões compactas. Essa linguagem é como um atalho: em vez de longas explicações, utiliza conceitos consolidados para comunicar ideias com precisão e eficiência.

Embora seja útil para economistas, o economês pode parecer um código fechado para quem não faz parte desse mundo. Mas isso não deveria ser assim! Afinal, os fenômenos econômicos também afetam a vida dessas pessoas.

Entender o economês vale muito a pena. Ele nos oferece ferramentas poderosas para compreendermos não apenas os debates sobre a economia global e as finanças, mas também as decisões políticas que moldam o futuro de um país. É como aprender uma nova língua: no início, os termos podem parecer estranhos, mas, uma vez que você compreende o básico, torna-se possível enxergar o mundo com mais clareza.

Se o economês é tão útil, por que ele ainda parece inacessível para tanta gente? Parte do problema parece estar na comunicação. Muitos economistas se acostumaram a usar termos técnicos sem explicar o que eles significam, o que cria uma barreira entre eles e o público geral. Para tornar o economês mais acessível, é fundamental traduzir esses conceitos de maneira clara e didática.

O economês é uma linguagem poderosa e prática. Quando bem explicado, torna-se simples, acessível e incrivelmente útil. Ao compreendermos essa “caixa de ferramentas”, ganhamos mais do que o entendimento de jargões econômicos: ganhamos a capacidade de decifrar a economia, as finanças e o Brasil.

Questão 1

No texto CG1A1, o vocábulo “economês”

- Ⓐ evidencia a intenção crítica do autor de denunciar o estilo complicado e obscuro da linguagem dos economistas.
- Ⓑ é empregado com sentido pejorativo, para evidenciar a intenção dos economistas de não serem compreendidos pelo público em geral.
- Ⓒ é um termo da linguagem formal empregado para se referir às regras de uso da linguagem dos economistas.
- Ⓓ caracteriza-se como um termo técnico utilizado por economistas.
- Ⓔ é um termo da linguagem informal utilizado em referência ao jargão dos economistas.

Questão 2

De acordo com o texto CG1A1, é correto afirmar que o economês

- Ⓐ deve ser substituído por uma linguagem mais inclusiva, que todos possam compreender.
- Ⓑ deve ser acompanhado de uma explicação sintética, para que todos possam compreender como funciona o mundo econômico.
- Ⓒ poderia ser abolido das comunicações, já que cria uma barreira entre os economistas e o público.
- Ⓓ deveria ser aprendido e compreendido por todos, uma vez que os fenômenos econômicos afetam a sociedade em geral.
- Ⓔ deve ser usado de forma moderada pelos economistas, uma vez que nem todos compreendem essa variedade linguística.

Questão 3

A coesão textual e os sentidos do texto CG1A1 seriam preservados caso se substituisse

- Ⓐ a expressão “uma vez que” (último período do quarto parágrafo) por **à medida que**.
- Ⓑ o vocábulo “mas” (primeiro período do segundo parágrafo) por **embora**.
- Ⓒ a expressão “em vez de” (último período do segundo parágrafo) por **ao invés de**.
- Ⓓ o termo “Embora” (início do terceiro parágrafo) por **Desde que**.
- Ⓔ a expressão “mas também” (segundo período do quarto parágrafo) por **como**.

Questão 4

A respeito das relações coesivas no terceiro parágrafo do texto CG1A1, assinale a opção correta.

- Ⓐ A expressão “dessas pessoas” é empregada em referência tanto aos economistas quanto à sociedade em geral, que é afetada pelos fenômenos econômicos.
- Ⓑ O termo “Afinal” introduz uma explicação.
- Ⓒ O termo “assim” tem valor comparativo.
- Ⓓ A expressão “desse mundo” refere-se ao economês.
- Ⓔ O termo “isso” remete à utilidade do economês apenas para os economistas.

Questão 5

Julgue os itens a seguir, em relação ao valor semântico de certos termos no texto CG1A1.

- I A preposição “com” indica modo nos trechos “com precisão e eficiência” (final do segundo parágrafo) e “com mais clareza” (final do quarto parágrafo).
- II O advérbio “ainda” indica inclusão em “ainda parece inacessível” (primeiro período do quinto parágrafo).
- III A preposição “entre”, no trecho “entre eles e o público geral” (terceiro período do quinto parágrafo), indica proximidade.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 6

Assinale a opção em que a reescrita proposta para o último período do texto CG1A1 preserva a correção gramatical e a coesão e coerência textuais.

- A** Quando entende-se essa “caixa de ferramentas”, se ganha mais do que o entendimento de jargões econômicos: se ganha a capacidade de decifrar a economia e as finanças do Brasil.
- B** Quando essa “caixa de ferramentas” é compreendida, ganhamos mais que o entendimento de jargões econômicos: se ganha a capacidade de decifrar a economia, as finanças e o Brasil.
- C** Quando se compreende essa “caixa de ferramentas”, ganha-se mais que o entendimento de jargões econômicos: ganha-se a capacidade de decifrar a economia, as finanças e o Brasil.
- D** Ao aprender essa “caixa de ferramentas”, se ganha mais do que o entendimento de jargões econômicos: ganhamos a capacidade de decifrar a economia e as finanças do Brasil.
- E** Ao apreendermos essa “caixa de ferramentas”, se ganha mais do que o entendimento de jargões econômicos: ganham-se a capacidade de decifrar a economia, as finanças e o Brasil.

Questão 7

A expressão “à primeira vista” (primeiro período do primeiro parágrafo) poderia ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto CG1A1, por

- A** por princípio.
- B** sobretudo.
- C** a princípio.
- D** de antemão.
- E** por primazia.

Questão 8

Acerca da pontuação no segundo período do segundo parágrafo do texto CG1A1, é correto afirmar que

- A** ambos os travessões poderiam ser substituídos por reticências, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência textual.
- B** a substituição do primeiro travessão por vírgula e do segundo por ponto e vírgula não comprometeria a coesão e a coerência textuais.
- C** os travessões poderiam ser substituídos por parênteses, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido expresso.
- D** os travessões poderiam ser eliminados, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência textual.
- E** o primeiro travessão poderia ser substituído por uma vírgula, e o segundo, eliminado, sem prejuízo da coesão textual e do sentido original.

CONHECIMENTOS SOBRE O ESTADO DE SERGIPE**Questão 9**

Assinale a opção que corresponde à região geoeconômica do estado de Sergipe que está localizada próximo à área costeira e a rios importantes e que constitui uma zona de mata fértil historicamente conhecida pelo cultivo da cana-de-açúcar.

- A** sertão
- B** litoral
- C** Cotinguiba
- D** agreste
- E** Baixo São Francisco

Questão 10

Assinale a opção correta acerca da cultura do povo indígena xokó e do seu processo de ocupação territorial no estado de Sergipe.

- A** Historicamente, os xokós ocupam as margens do rio Itapecuru.
- B** Os territórios e a tradição cultural dos xokós foram conservados ao longo dos séculos.
- C** A prática do toré é fundamental na preservação da identidade xokó e na reunião da comunidade para lutar por seus direitos.
- D** A Ilha de São Pedro foi retomada pelos xokós na década de 70 do século passado, depois de passados séculos de sua expulsão pelos ingleses.
- E** A população xokó está concentrada na terra indígena do Alto Turiaçu.

Espaço livre

PROVA OBJETIVA P₂ -- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I --

NOÇÕES DE RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA FINANCEIRA

Questão 11

Do total de 193 servidores de uma organização, alguns possuem fluência em inglês, francês ou espanhol, podendo, inclusive, ter fluência em mais de uma das três línguas, ao passo que outros não têm fluência em nenhuma dessas línguas estrangeiras.

Nessa situação, sabendo-se que, do total de servidores, 90 são fluentes em inglês; 75, em francês; 60, em espanhol; 30, em inglês e francês; 20, em inglês e espanhol; 25, em francês e espanhol; e 10 são fluentes nas três línguas, o número de servidores não fluentes em nenhuma das três línguas estrangeiras é igual a

- A** 103.
- B** 53.
- C** 42.
- D** 33.
- E** 32.

Questão 12

Em uma gincana, 10 pessoas, sendo 6 mulheres e 4 homens, todas de alturas diferentes, devem ser posicionadas em uma única fila de forma que as pessoas do mesmo sexo fiquem juntas, respeitando-se a ordem crescente de altura das pessoas de mesmo sexo.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção em que é apresentada a quantidade de formas possíveis de organização dessas pessoas na fila.

- A** 2
- B** 10
- C** 24
- D** 210
- E** 3.628.800

Questão 13

Se, durante o período de um ano, a inflação registrada for de 6% e a taxa de juros real de certo investimento for de 11%, então, nesse período, a taxa de juros nominal do investimento será de

- A** 5,00%.
- B** 8,50%.
- C** 17,00%.
- D** 17,66%.
- E** 66,00%.

Questão 14

Para um financiamento de R\$ 25.000 a ser pago em 4 parcelas iguais e mensais de acordo com o sistema de amortização constante, se a taxa de juros for de 4% ao mês, então o valor da segunda prestação a ser paga será de

- A** R\$ 6.250.
- B** R\$ 6.500.
- C** R\$ 7.000.
- D** R\$ 7.250.
- E** R\$ 7.280.

Questão 15

Uma empresa pretende fazer um fundo de reserva para a manutenção de equipamentos, realizando 4 depósitos anuais consecutivos em uma aplicação financeira. O primeiro depósito será de R\$ 10.000 e os seguintes, com acréscimo de R\$ 2.000 a cada ano, isto é, o segundo será de R\$ 12.000, o terceiro, de R\$ 14.000, e o quarto, de R\$ 16.000.

Nessas condições, se a taxa de remuneração desse investimento for de 10% ao ano e os depósitos forem feitos sempre no mesmo dia em cada um dos anos, o valor acumulado no momento imediatamente posterior ao quarto depósito será igual a

- A** R\$ 59.230.
- B** R\$ 65.153.
- C** R\$ 57.200.
- D** R\$ 52.000.
- E** R\$ 69.212.

Espaço livre

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**Questão 16**

Acerca do orçamento público e das formas e dimensões da intervenção da administração na economia, assinale a opção correta.

- Ⓐ A intervenção estatal na economia por meio da função estabilizadora do orçamento tem por objetivo central corrigir as desigualdades regionais e sociais, garantindo o crescimento equilibrado entre setores produtivos, mediante políticas redistributivas.
- Ⓑ O princípio orçamentário da universalidade estabelece que todas as receitas e despesas de órgãos e entidades integrantes da administração pública, inclusive de empresas estatais independentes, devem constar da lei orçamentária anual, vedada qualquer exceção.
- Ⓒ O ciclo orçamentário compreende as etapas de elaboração, aprovação legislativa e execução, sendo considerado um processo contínuo, dinâmico e flexível, cujas fases se encerram com a execução orçamentária e financeira.
- Ⓓ A função distributiva do orçamento público se refere à alocação de recursos voltada à provisão de bens públicos e serviços essenciais, sendo concretizada exclusivamente por meio de políticas fiscais de caráter indireto, como subsídios e incentivos tributários.
- Ⓔ A técnica orçamentária do orçamento-programa rompe com a concepção meramente autorizativa do orçamento tradicional, pois promove a integração da programação física e financeira por meio da fixação de objetivos e metas, bem como adota a classificação funcional-programática como elemento central.

Questão 17

No que concerne à execução orçamentária e financeira da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ No Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), de uso obrigatório por todos os entes da Federação, a execução orçamentária e financeira é registrada em tempo real, o que possibilita acompanhamento instantâneo da programação e execução de receitas e despesas.
- Ⓑ Alterações orçamentárias como créditos suplementares e especiais podem ser abertas no decorrer do exercício, desde que haja autorização legislativa prévia e indicação dos recursos correspondentes, sendo o crédito extraordinário a única exceção à exigência de autorização legislativa.
- Ⓒ A descentralização financeira consiste na transferência de créditos orçamentários entre unidades gestoras para permitir a execução de despesas, sendo operacionalizada exclusivamente por meio de provisão ou destaque.
- Ⓓ Quando a descentralização orçamentária entre órgãos e unidades gestoras ocorre por meio de destaque, mantém-se a unidade descentralizadora responsável pela execução da despesa e pela contabilização no seu próprio balanço.
- Ⓔ O acompanhamento da execução orçamentária deve considerar, entre outros aspectos, a confrontação entre metas físicas e financeiras, utilizando-se de instrumentos como o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal, ambos com periodicidade bimestral prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Questão 18

No que se refere à receita pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ As fontes de financiamento da receita pública incluem, entre outras, as transferências voluntárias e obrigatórias, sendo estas classificadas como receitas de capital, independentemente de sua destinação e de sua natureza.
- Ⓑ A receita pública é classificada economicamente em receita corrente e de capital, não podendo as receitas de capital, em hipótese alguma, provocar elevação do patrimônio líquido da entidade pública.
- Ⓒ O lançamento é a etapa inicial do estágio da receita pública, compreendendo a verificação da procedência do crédito e a identificação do sujeito passivo, sendo obrigatória sua aplicação a todos os tipos de receita arrecadada pelo Estado.
- Ⓓ As receitas correntes de origem patrimonial decorrem, entre outras hipóteses, da exploração de bens e direitos do Estado, a exemplo de aluguéis de imóveis públicos e dividendos de empresas estatais.
- Ⓔ A inscrição em dívida ativa constitui mero ato administrativo declaratório, que não afeta a exigibilidade do crédito tributário ou não tributário, sendo prescindível a sua execução fiscal para a promoção da cobrança judicial.

Questão 19

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a opção correta.

- Ⓐ A criação ou expansão de despesa obrigatória de caráter continuado dispensa a estimativa do impacto orçamentário-financeiro quando houver previsão genérica na lei orçamentária anual, desde que o montante total anual da despesa esteja dentro do limite de gasto estabelecido pela lei.
- Ⓑ Para fins de controle fiscal, a despesa total com pessoal de cada ente federativo não poderá exceder 60% da receita corrente líquida, sendo vedada a fixação de limites distintos para estados e municípios.
- Ⓒ As exigências de transparência da gestão fiscal se restringem à publicação do relatório resumido da execução orçamentária e do relatório de gestão fiscal, dispensada a disponibilização eletrônica de informações em tempo real.
- Ⓓ A ação planejada da gestão fiscal, prevista na LRF, materializa-se no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual, instrumentos que devem ser elaborados de forma integrada e compatível entre si, de modo a viabilizar o equilíbrio entre receitas e despesas e a sustentabilidade da dívida pública.
- Ⓔ A dívida fundada compreende os compromissos financeiros assumidos pelo ente da Federação cuja exigibilidade ocorra dentro do exercício financeiro, como os restos a pagar não processados e as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

Questão 20

Considerando as disposições legais e normativas relativas ao termo de execução descentralizada (TED), aos convênios, ao termo de referência, ao tesouro gerencial e aos decretos de programação orçamentária e financeira (DPOF), assinale a opção correta.

- Ⓐ O termo de referência é documento facultativo nas contratações diretas, sendo obrigatório apenas para licitações, sejam estas presenciais ou eletrônicas.
- Ⓑ O tesouro gerencial é o sistema responsável pela emissão de ordens bancárias, liquidação de despesas e execução financeira da União, integrando-se como módulo operacional do SIAFI.
- Ⓒ Os DPOF, editados pelo Poder Executivo no início do exercício, estabelecem o cronograma mensal de desembolso e a programação financeira, podendo também limitar empenhos para garantir o cumprimento das metas fiscais.
- Ⓓ O TED é o instrumento adequado para transferências voluntárias entre entes federativos, com repasse de recursos financeiros, devendo obrigatoriamente ser acompanhado de contrapartida do beneficiário.
- Ⓔ O convênio é o instrumento destinado exclusivamente à transferência de recursos financeiros, não sendo possível a transferência de bens ou serviços entre os partícipes.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 21**

Assinale a opção correta a respeito dos incentivos fiscais, à luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e na Emenda Constitucional (EC) n.º 132/2023.

- Ⓐ Em caso de guerra externa, a União poderia conceder incentivo fiscal de ICMS para empresas produtoras de armas no estado de Sergipe.
- Ⓑ Os incentivos regionais sempre deverão levar em conta critérios de redução das emissões de carbono.
- Ⓒ A lei complementar é o instrumento normativo adequado à concessão de benefícios fiscais regionais, ao passo que a lei ordinária é o instrumento adequado para concessão de incentivos de caráter geral.
- Ⓓ Os benefícios fiscais de ICMS que correspondam a uma proporção das alíquotas do imposto devido ficarão mantidos em suas respectivas proporcionalidades, até a extinção do imposto.
- Ⓔ A CF não permite a redução da base de cálculo de tributos devidos por pessoas físicas com vistas à redução das desigualdades sociais regionais.

Questão 22

Com base nas disposições da CF e da legislação de regência, bem como considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito dos impostos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como da repartição das receitas tributárias.

- Ⓐ Na sistemática de substituição tributária do ICMS para a frente, a restituição do imposto devida em razão da ocorrência do fato gerador presumido a menor será feita ao contribuinte legitimado, independentemente da prova da assunção do encargo financeiro.
- Ⓑ Incide IPVA sobre a propriedade de embarcações utilizadas por pessoas jurídicas para a prática de pesca industrial.
- Ⓒ Os estados devem repartir com os municípios o produto da arrecadação do IPVA em relação a veículos que transitem em seus territórios com habitualidade.
- Ⓓ O ITCMD será regressivo, em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.
- Ⓔ Incide ICMS sobre operações que destinem a outros estados combustíveis, derivados ou não do petróleo.

Questão 23

Assinale a opção correta em relação ao ICMS, tendo por base o disposto na CF e na legislação de regência, bem como a jurisprudência dos tribunais superiores.

- Ⓐ Suponha que um contribuinte tenha proposto, em 2025, ação judicial com vistas a afastar a incidência do ICMS no deslocamento de bens seus, de um estabelecimento comercial situado no estado de Sergipe para outro estabelecimento próprio situado no estado de Pernambuco. Nesse caso, o contribuinte terá direito à restituição do indébito em relação a todas as operações ocorridas nos cinco anos anteriores à propositura da ação.
- Ⓑ A tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST), quando lançada na fatura de energia elétrica, como encargo a ser suportado diretamente pelo consumidor final, não integra a base de cálculo do ICMS.
- Ⓒ É vedada a utilização de pautas fiscais para definição do preço da mercadoria na substituição tributária do ICMS, assim considerada a inclusão, na base de cálculo do imposto, da margem de valor agregado relativa às operações ou prestações subsequentes.
- Ⓓ Compete ao CONFAZ o estabelecimento das normas gerais de substituição tributária para o ICMS.
- Ⓔ Em caso de remessa de mercadoria para armazém geral situado no mesmo estado, a posterior saída será considerada ocorrida no estabelecimento do depositante, salvo se para retornar ao estabelecimento remetente.

Questão 24

Assinale a opção em que é corretamente apresentada hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, segundo o CTN.

- Ⓐ denúncia espontânea por infração da legislação tributária
- Ⓑ transação tributária
- Ⓒ lançamento de ofício, regularmente notificado pela autoridade administrativa competente
- Ⓓ homologação do lançamento feito por declaração do contribuinte
- Ⓔ concessão de medida liminar em mandado de segurança

Questão 25

Assinale a opção correta no que diz respeito ao domicílio tributário, conforme previsão do CTN.

- Ⓐ O domicílio tributário do estado de Sergipe é qualquer de suas repartições no território nacional.
- Ⓑ A autoridade administrativa não pode recusar o domicílio eleito pelo contribuinte.
- Ⓒ O domicílio das firmas individuais, na falta de eleição, será o da residência do seu representante legal.
- Ⓓ Na falta de eleição do domicílio pelo contribuinte e sendo incerto o local de sua residência, considera-se domicílio da pessoa física o centro habitual de sua atividade.
- Ⓔ Na falta de eleição pelo contribuinte, o domicílio da pessoa jurídica será o lugar definido pela autoridade fiscal, em regular procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Questão 26

Assinale a opção correta no que se refere à administração tributária de acordo com o disposto no CTN.

- Ⓐ É inconstitucional o convênio que preveja o compartilhamento de informações fiscais entre a fazenda pública da União e a dos estados para o fim específico de assistência na fiscalização tributária.
- Ⓑ Os contribuintes imunes não podem ser alvos dos poderes das autoridades administrativas conforme definidos na legislação tributária.
- Ⓒ A prestação de informação sigilosa, mediante requisição da autoridade administrativa, quanto aos fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de seu ofício, será realizada mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante mediante recibo que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.
- Ⓓ Não é vedada a divulgação de informações fiscais obtidas por servidores da administração tributária, em razão de seu ofício, no que se refere à situação econômica e financeira de contribuintes beneficiários de incentivos fiscais.
- Ⓔ A administração tributária pode requisitar, independentemente de ordem judicial, informações patrimoniais de sujeito passivo de crédito tributário a entidades que controlem operações de bens e direitos.

Questão 27

Assinale a opção correta no que concerne a taxas.

- Ⓐ As taxas cobradas pela União, pelos estados, Distrito Federal e municípios não podem ter alíquotas próprias de impostos.
- Ⓑ Do ponto de vista do fato gerador, a diferença entre a taxa de serviço e a do exercício do poder de polícia é que enquanto aquela está estritamente vinculada a uma atuação estatal específica relativa ao contribuinte, esta não está.
- Ⓒ É possível a adoção, no cálculo do valor de taxas, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade.
- Ⓓ As taxas cobradas pelos estados, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador a prestação de serviço público ou a utilização, efetiva ou potencial, do poder de polícia, específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- Ⓔ Para a cobrança de taxas, considera-se serviço público a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público.

Questão 28

Assinale a opção correta em relação ao IBS.

- Ⓐ O referido imposto será cobrado pelo somatório das alíquotas do estado e do município de origem da operação.
- Ⓑ Esse imposto não incidirá sobre as prestações de serviço de comunicação.
- Ⓒ Lei complementar disporá sobre a forma de desoneração da aquisição de bens de capital pelos contribuintes, que poderá ser implementada, inclusive, por meio da redução em 100% das alíquotas do IBS.
- Ⓓ Cabe a lei complementar traçar os aspectos gerais do imposto, mas sua instituição depende de lei ordinária específica de cada ente federativo.
- Ⓔ As alíquotas do IBS observarão o princípio da regressividade em razão da essencialidade dos bens materiais ou imateriais e dos serviços.

Questão 29

Nos termos da Lei Complementar n.º 214/2025, a base de cálculo do IBS é o valor da operação, assim compreendido o valor integral cobrado pelo fornecedor a qualquer título, incluídos os valores correspondentes

- Ⓐ aos ressarcimentos recebidos por valores pagos relativos a operações por conta e ordem de terceiros, quando a documentação fiscal relativa a essas operações for emitida em nome destes.
- Ⓑ aos juros, multas, acréscimos e encargos.
- Ⓒ ao montante da CBS incidente sobre a operação.
- Ⓓ aos descontos incondicionais.
- Ⓔ ao montante do IPI.

Questão 30

Assinale a opção correta acerca do crédito tributário, com base no disposto no CTN e na jurisprudência do STJ.

- Ⓐ Depositado em juízo o montante integral e em dinheiro do crédito tributário para fins de suspensão da exigibilidade, deverá a autoridade administrativa constituir o crédito no prazo de cinco anos, com vistas à prevenção da decadência.
- Ⓑ O lançamento efetuado pode ser revisto de ofício pela autoridade fiscal caso se comprove erro quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como de declaração obrigatória.
- Ⓒ A entrega de declaração pelo contribuinte na qual seja reconhecido débito fiscal constitui o crédito tributário condicionado à ulterior homologação pelo agente fiscal.
- Ⓓ Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, expirado o prazo legal sem que a fazenda pública tenha-se pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito tributário, salvo se comprovada a ocorrência de erro.
- Ⓔ Lançamento por homologação é aquele que é efetuado com base em informações a respeito de matéria de fato prestada pelo sujeito passivo da exação, necessárias à posterior formalização do lançamento, pelo agente fiscal.

**CONTABILIDADE GERAL E
CONTABILIDADE DE CUSTOS****Questão 31**

Os ativos de certa entidade somaram, ao final de determinado exercício social, R\$ 13,5 milhões. No mesmo momento, o patrimônio líquido da entidade, antes da apuração do resultado do exercício, somava R\$ 350 mil. O prejuízo do exercício foi de R\$ 650 mil.

Nessas condições, os passivos da entidade, considerado o resultado do exercício, totalizaram

- Ⓐ 14,0 milhões.
- Ⓑ 13,8 milhões.
- Ⓒ 13,5 milhões.
- Ⓓ 13,3 milhões.
- Ⓔ 13,0 milhões.

Questão 32

Constitui exemplo de fato administrativo modificativo aumentativo a

- Ⓐ perda parcial de estoques em função de uma inundação.
- Ⓑ quitação antecipada de uma obrigação com desconto.
- Ⓒ venda à vista de mercadorias com lucro.
- Ⓓ contratação de um funcionário especializado com salário superior à média da função.
- Ⓔ saída de recursos do caixa para quitação de uma obrigação, sem encargos.

Questão 33

conta	saldo em milhares de reais (R\$)
caixa e equivalentes	10
contas a receber	100
provisão para perdas esperadas	5
estoques	50
imóveis e instalações	500
depreciação acumulada	240
títulos descontados	20
contas a pagar	40
empréstimos e financiamentos	70
juros passivos a transcorrer	10
capital social	200
reservas de capital	20
ações em tesouraria	10

Com base nesse rol de contas selecionadas de uma entidade, é correto afirmar que o total de saldos credores listados é

- Ⓐ inferior a R\$ 500.
- Ⓑ superior a R\$ 500 e inferior a R\$ 550.
- Ⓒ superior a R\$ 550 e inferior a R\$ 600.
- Ⓓ superior a R\$ 600 e inferior a R\$ 650.
- Ⓔ superior a R\$ 650.

Questão 34

É elemento essencial obrigatório da escrituração contábil

- Ⓐ o código de escrituração contábil registrado no livro próprio.
- Ⓑ a data em que o fato contábil ocorreu.
- Ⓒ o emprego de técnica eletrônica de registro.
- Ⓓ a identificação do responsável pela escrituração.
- Ⓔ a identificação do local onde foi feita a escrituração.

Questão 35

Julgue os itens seguintes, relativos ao balanço patrimonial e à demonstração de resultado do exercício.

- I A segregação em circulantes e não circulantes feita com os ativos e os passivos de uma entidade também se aplica a seus impostos diferidos.
- II Se, à data do balanço, a entidade não tiver a prerrogativa de postergar a quitação de uma obrigação por período que supere o fim do próximo exercício social, então essa obrigação é um passivo circulante.
- III Ressalvados os dispositivos legais, é facultado à administração de cada entidade escolher se prefere apresentar suas despesas pelo método funcional ou pelo método da natureza da despesa.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 36

Considere que, em determinada empresa industrial, ocorram os seguintes eventos: gasto com o aluguel do prédio onde funciona a empresa; depreciação dos computadores utilizados no departamento de contabilidade; perda normal de matéria-prima no processo produtivo; e aquisição de embalagens para utilização futura na produção. Nesse caso, de acordo com a terminologia aplicável à contabilidade de custos, os eventos descritos devem ser classificados, respectivamente, como

- Ⓐ custo, despesa, perda e custo.
- Ⓑ despesa, despesa, perda e investimento.
- Ⓒ custo, despesa, investimento e custo.
- Ⓓ despesa, perda, investimento e custo.
- Ⓔ custo, despesa, custo e investimento.

Questão 37

A respeito da classificação dos custos industriais, julgue os seguintes itens.

- I O custo cujo valor independa da quantidade produzida pela empresa até o limite da sua capacidade instalada é considerado um custo fixo.
- II A energia elétrica consumida em processo produtivo é um exemplo de custo semivariável quando o contrato prevê a cobrança de um valor específico sempre que o consumo ficar abaixo do mínimo estipulado pelo fornecedor da energia.
- III O seguro do prédio onde funciona uma fábrica é um exemplo típico de custo direto.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Espaço livre

Questão 38

A utilização do método do custeio variável será preferível à do método do custeio por absorção quando a administração de uma empresa industrial tiver a intenção de

- A** identificar os produtos que mais contribuem para a lucratividade da empresa.
- B** alocar todos os custos indiretos aos produtos da empresa.
- C** atender às disposições do fisco quanto aos aspectos relacionados à apuração de resultados e à avaliação patrimonial da empresa.
- D** definir os preços mínimos dos produtos da empresa, a serem praticados em condições normais de negociação.
- E** calcular o custo dos produtos vendidos para fins de evidenciação na demonstração do resultado do exercício da empresa.

Questão 39

Assinale a opção em que é corretamente descrita uma etapa do processo de alocação de custos aos produtos por meio da departamentalização.

- A** utilização do custeio variável para a alocação final dos custos aos produtos
- B** transferência para os produtos dos custos indiretos acumulados nos departamentos de serviços, com base em critérios de rateio que considerem a forma como esses produtos fizeram uso dos serviços dos referidos departamentos
- C** escolha da sequência de rateio dos custos acumulados nos departamentos de produção, com vistas à sua distribuição aos demais departamentos
- D** transferência dos custos diretos aos departamentos antes de sua alocação aos produtos
- E** classificação dos departamentos em dois grandes grupos: um que contemple os departamentos que promovem diretamente modificações sobre o produto que está sendo fabricado; e outro que abranja os departamentos que não recebem o produto, mas que oferecem o devido suporte ao processo produtivo

Questão 40

Conforme o disposto na NBC TSP 34, de 2021, assinale a opção na qual é apresentada corretamente, em ordem hierárquica, todas as etapas que devem ser contempladas, sempre que possível e economicamente viável, no processo de atribuição de custos no setor público.

- A** alocação dos custos diretos; alocação dos custos indiretos em bases de rateio razoáveis e consistentes; e alocação dos custos indiretos remanescentes mediante direcionadores de custos (rastreamento)
- B** alocação dos custos diretos; alocação dos custos indiretos mediante direcionadores de custos (rastreamento); e alocação dos custos indiretos remanescentes em bases de rateio razoáveis e consistentes
- C** alocação dos custos diretos; e alocação dos custos indiretos mediante direcionadores de custo (rastreamento)
- D** alocação dos custos diretos mediante direcionadores de custos (rastreamento); alocação dos custos indiretos em bases de rateio razoáveis e consistentes
- E** alocação dos custos diretos; e alocação dos custos indiretos em bases de rateio razoáveis e consistentes

DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 41**

Julgue os itens seguintes, à luz do disposto na Lei estadual n.º 9.640/2025 (Código de Conduta e Integridade da Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe).

- I Expor servidores a situações de incentivo a rivalidades constitui exemplo de assédio moral.
- II Os servidores devem, no ato da posse ou da investidura em função pública na SEFAZ/SE, assinar o Termo de Ciência e Compromisso (TCC), que, no caso do pessoal terceirizado, deve ser assinado pela empresa contratante.
- III É expressamente vedado ao agente público em exercício na SEFAZ/SE fomentar intriga ou discórdia entre os colegas ou entre estes e a administração fazendária.
- IV É vedado aos agentes públicos em exercício na SEFAZ/SE o uso do correio eletrônico institucional para fins que não sejam profissionais.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B** Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C** Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D** Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 42

Julgue os próximos itens, com base nas disposições da Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), alterada pela Lei n.º 14.230/2021, e na jurisprudência dos tribunais superiores.

- I Aplicam-se disposições da Lei n.º 14.230/2021 aos processos em curso para regular o procedimento da tutela provisória de indisponibilidade de bens, de modo que as medidas já deferidas poderão ser reapreciadas para fins de adequação à atual redação da legislação.
- II O exercício de função ou o desempenho de competências públicas não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, ainda que não se comprove a prática de ato doloso com fim ilícito.
- III Os sucessores e herdeiros daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente sujeitam-se à obrigação de reparar até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 43

Assinale a opção que reproduz corretamente o entendimento jurisprudencial do STJ em relação à improbidade administrativa.

- Ⓐ Dada a ausência de previsão expressa na Lei de Improbidade Administrativa, é inadmissível a cassação da aposentadoria de servidor público como consequência da perda da função pública por ato de improbidade administrativa.
- Ⓑ A conversão de ação de improbidade administrativa em ação civil pública deve ocorrer no primeiro grau de jurisdição, antes do trânsito em julgado da sentença.
- Ⓒ A vedação ao reexame necessário da sentença de improcedência ou de extinção do processo sem resolução do mérito não se aplicará aos processos em curso quando a sentença for anterior à vigência da Lei n.º 14.230/2021.
- Ⓓ Aplicam-se à ação de improbidade administrativa as causas de interrupção do prazo prescricional previstas no Código Penal.
- Ⓔ Em razão da aplicação do princípio *in dubio pro societate*, é dispensável que o autor da ação de improbidade administrativa indique expressamente, na petição inicial, o dano causado ao erário e os elementos que evidenciem a existência do elemento subjetivo na conduta do agente público.

Questão 44

Em relação ao processo administrativo, julgue os itens a seguir, com base na Lei Complementar estadual n.º 33/1996.

- I Servidor público civil é toda pessoa legalmente investida em cargo, emprego ou função pública da administração estadual direta e indireta.
- II No âmbito da administração direta de cada um dos Poderes, do Ministério Público estadual e do Tribunal de Contas do estado, é obrigatória a manutenção de cadastro permanente dos servidores públicos civis, do qual deve constar a indicação dos atos de criação dos correspondentes cargos ou empregos.
- III A transformação de cargos públicos de provimento efetivo ou de empregos públicos celetistas deve ser realizada por meio de resoluções específicas.
- IV Aplicam-se às entidades estatais exploradoras de atividade econômica os princípios da motivação, da revisão e da decisão executória.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 45

Assinale a opção correta no que concerne à licitação pública, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021 e com o Decreto n.º 11.462/2013.

- Ⓐ O processo licitatório para registro de preços deve ser realizado por meio da modalidade pregão.
- Ⓑ É solidária a responsabilidade entre o contratado e o agente público que causarem dano ao erário em decorrência de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro.
- Ⓒ É facultado aos órgãos da administração pública federal aderir a atas de registro de preços gerenciadas pelos entes estaduais, desde que mantidas as mesmas condições de contratação.
- Ⓓ É vedado à administração pública, nas licitações que envolvam o fornecimento de bens, exigir carta de solidariedade que, emitida pelo fabricante, assegure a execução do contrato.
- Ⓔ Os contratos em que a administração pública seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio terão prazo máximo de 35 anos, exigindo-se anualmente a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

Questão 46

No que diz respeito aos agentes públicos, à organização da administração pública e à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta de acordo com o entendimento do STJ.

- Ⓐ É ilegal a progressão funcional com efeitos financeiros em data distinta ao início do exercício funcional do agente público.
- Ⓑ É permitido ao dependente habilitado à pensão por morte habilitar-se com exclusividade para suceder servidor público falecido no curso de processo que vise à cobrança de valores devidos em vida ao referido servidor.
- Ⓒ Em ação em que se pleiteie reparação moral decorrente de mau cheiro oriundo da prestação de serviço público de tratamento de esgoto, os juros moratórios devem ser contados desde o trânsito em julgado da decisão judicial.
- Ⓓ Não se aplica a prescrição quinquenal prevista no Decreto n.º 20.910/1932 às empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais sem finalidade lucrativa e sem natureza concorrencial.
- Ⓔ O abono de permanência integra a base de incidência das verbas calculadas sobre a remuneração do servidor público, tais como o adicional de férias e a gratificação natalina (13.º salário).

Questão 47

No que se refere aos poderes da administração pública, julgue os itens subsecutivos.

- I Configura-se excesso de poder quando o agente atua dentro da sua esfera de competência, mas com fim diverso ao interesse público.
- II O poder regulamentar é de natureza derivada e formalizado por meio de decretos e regulamentos.
- III A autoexecutoriedade é a característica do poder de polícia por meio da qual se demonstra o grau de imperatividade de que se revestem os atos de polícia, tendo a administração o poder de usar a força se necessária para vencer eventual resistência ao cumprimento de suas ordens.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 48

Assinale a opção correta a respeito dos atos administrativos.

- Ⓐ Reforma é o ato administrativo por meio do qual o órgão competente decide sanar um ato inválido anteriormente praticado, suprindo a ilegalidade que o viciava.
- Ⓑ A exequibilidade do ato administrativo caracteriza-se como a situação jurídica que resulta da conformidade do ato com a lei ou com outro ato de grau mais elevado.
- Ⓒ Atos compostos são aqueles que exigem a intervenção de agentes ou órgãos diversos, tendo a vontade final da administração pública certa autonomia ou conteúdo próprio.
- Ⓓ O ato de aprovação é a manifestação prévia e vinculada do administrador a respeito de outro ato.
- Ⓔ O ato de delegação não exclui a competência da autoridade delegante, que permanece competente cumulativamente com a autoridade delegada.

Questão 49

A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- Ⓐ Atualmente, alguns doutrinadores do direito administrativo têm defendido como fundamento da responsabilidade civil do Estado a adoção da teoria do risco social, segundo a qual os atos estatais se dividem em atos de império e atos de gestão.
- Ⓑ A administração pública responde civilmente pelos danos causados por seus agentes, salvo se eles estiverem amparados por causa excludente de ilicitude penal.
- Ⓒ Em caso de responsabilidade civil do Estado por rompimento de barragem, é possível a comprovação de prejuízos de ordem material por prova exclusivamente testemunhal, diante da impossibilidade de produção ou utilização de outro meio probatório.
- Ⓓ O termo inicial da prescrição para o ajuizamento de ações de responsabilidade civil em face do Estado por ilícitos praticados por seus agentes é a data do fato.
- Ⓔ Nas ações de responsabilidade civil do Estado, é imprescindível a denunciação da lide ao suposto agente público causador do ato lesivo.

Questão 50

Assinale a opção correta em relação aos serviços públicos.

- Ⓐ A caducidade é a retomada do serviço, mediante autorização legal específica, pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público.
- Ⓑ A interrupção de serviço público por inadimplemento do usuário poderá ser iniciada em qualquer dia útil, não podendo iniciar-se aos sábados, domingos ou feriados.
- Ⓒ O poder concedente deve publicar, imediatamente após o edital de licitação, ato que justifique a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.
- Ⓓ A permissão de serviço público é formalizada por meio de contrato de adesão, devendo ser observadas as normas do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.
- Ⓔ A legislação admite, excepcionalmente, a concessão de serviço público a pessoas físicas.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 51**

Agentes da vigilância sanitária acompanhados por fiscais da prefeitura encaminharam-se a um depósito industrial de acesso restrito ao público após o recebimento de denúncia de que lá havia grande quantidade de produto inflamável e de que, no momento, havia um início de incêndio no local. Sem mandado judicial e antes da chegada do corpo de bombeiros, os fiscais ingressaram no estabelecimento, para verificar a denúncia e adotar medidas de contenção.

Considerando essa situação hipotética e a disciplina constitucional sobre inviolabilidade do domicílio, assinale a opção correta.

- Ⓐ A inviolabilidade do domicílio não se estende aos estabelecimentos industriais de acesso restrito ao público.
- Ⓑ Mesmo em caso de desastre, é imprescindível a expedição prévia de ordem judicial para o ingresso de fiscais em estabelecimento como o citado, a ser cumprida durante o dia.
- Ⓒ A legalidade do ingresso dos fiscais no depósito depende da caracterização de desastre mediante laudo técnico prévio emitido por órgão competente.
- Ⓓ Como se trata de situação caracterizada como desastre, é legal a entrada imediata dos fiscais no depósito, independentemente de mandado judicial, desde que amparada em fundadas razões.
- Ⓔ Os fiscais somente poderiam entrar no depósito em caso de flagrante delito ou para o cumprimento de ordem judicial.

Questão 52

João, jornalista, no exercício de sua função, obteve de fonte não identificada informações sobre irregularidades em contrato público e as publicou em matéria jornalística. Posteriormente, foi intimado em processo criminal para revelar a origem das informações, mas, em juízo, se recusou a fazê-lo.

A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção correta, à luz da disciplina constitucional dos direitos e das garantias fundamentais.

- Ⓐ João é obrigado a revelar em juízo a fonte das referidas informações, pois o interesse público prevalece automaticamente sobre o direito de sigilo da fonte.
- Ⓑ No âmbito judicial, o sigilo da fonte é restrito aos advogados particulares e aos defensores públicos.
- Ⓒ João está protegido pelo direito ao sigilo da fonte, garantido quando necessário ao exercício profissional.
- Ⓓ O direito ao sigilo da fonte é absoluto, não podendo ser relativizado em nenhuma hipótese.
- Ⓔ O sigilo da fonte não se aplica a informações relacionadas ao uso de recursos públicos.

Questão 53

Nos termos da Constituição Federal de 1988, é competência exclusiva do Congresso Nacional

- Ⓐ resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- Ⓑ processar e julgar o presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- Ⓒ conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- Ⓓ aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha dos presidentes e diretores do Banco Central do Brasil.
- Ⓔ fixar limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, por proposta do presidente da República.

Questão 54

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Constituição do Estado de Sergipe, assinale a opção correta.

- Ⓐ É permitida a coleta de dados referentes a convicção filosófica ou religiosa, desde que para uso estatístico e com possibilidade de identificação individual.
- Ⓑ É vedada a divulgação da identidade da pessoa suspeita da prática de crime enquanto não houver seu indiciamento formal pela autoridade policial.
- Ⓒ Qualquer cidadão pode apresentar queixa contra agentes do poder público, sendo a apuração dos fatos discricionária da autoridade competente.
- Ⓓ O direito de certidão não abrange a reprodução integral dos documentos solicitados.
- Ⓔ É facultado ao Estado restringir a reunião pacífica em locais abertos ao público quando houver interesse da autoridade policial, ainda que ausente ameaça concreta à ordem pública.

Questão 55

O tribunal de justiça de determinado estado da Federação, em decisão colegiada ainda não transitada em julgado, contrariou o enunciado de súmula vinculante do STF, o que pode gerar prejuízos imediatos à parte.

Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições legais acerca da reclamação constitucional, assinale a opção correta.

- Ⓐ A reclamação somente pode ser utilizada para preservar a competência originária do STF, não alcançando hipóteses de descumprimento ou aplicação indevida de súmula vinculante.
- Ⓑ Não é cabível reclamação ao STF da decisão judicial, pois ainda não se esgotaram todos os meios admissíveis de impugnação.
- Ⓒ Eventual reclamação da decisão judicial deverá ser ajuizada primeiramente no tribunal prolator da decisão e, somente na hipótese de negativa, caberá reclamação ao STF.
- Ⓓ É cabível reclamação ao STF para que seja anulada ou cassada a decisão impugnada e proferida outra decisão, com ou sem aplicação da súmula.
- Ⓔ O processamento de eventual reclamação da decisão judicial competirá ao STJ, ficando o STF restrito às hipóteses em que o ato provenha de tribunal superior.

Questão 56

O procurador-geral de justiça de determinado estado encaminhou ao Poder Executivo estadual proposta orçamentária acima dos limites previstos na lei de diretrizes orçamentárias (LDO). O governador, ao consolidar a proposta orçamentária anual, reduziu os valores para adequá-los ao teto estabelecido na LDO. Inconformado, o procurador-geral ajuizou ação direta de inconstitucionalidade (ADI) sob o argumento de que tal alteração violava a autonomia administrativa e funcional do Ministério Público (MP), além da iniciativa orçamentária do órgão.

Em referência à situação hipotética apresentada, assinale a opção correta, conforme as disposições constitucionais a respeito do MP.

- Ⓐ A iniciativa orçamentária do MP não está vinculada à LDO.
- Ⓑ No conflito entre autonomia financeira do MP e os limites orçamentários fixados na LDO, caberá ao órgão colegiado do MP decidir a questão.
- Ⓒ O governador não pode alterar a proposta orçamentária do MP, mas pode encaminhar projeto de lei complementar à assembleia legislativa para fixar novos limites orçamentários durante o exercício financeiro.
- Ⓓ A proposta orçamentária do MP deve obedecer aos limites previstos na LDO; caso contrário, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
- Ⓔ A autonomia funcional do MP impede qualquer alteração do orçamento proposto.

Questão 57

No que diz respeito à Defensoria Pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ O governador tem competência para nomear como defensor público-geral qualquer bacharel em direito, desde que este tenha mais de trinta anos de idade, nos moldes da nomeação do procurador-geral do estado.
- Ⓑ É válida a nomeação como defensor público-geral de pessoa fora da carreira, desde que a escolha seja aprovada pela maioria absoluta do Poder Legislativo estadual.
- Ⓒ Para serem nomeados, os defensores públicos dos estados devem ser sabatinados pelos membros do Poder Legislativo.
- Ⓓ Compete ao defensor público-geral federal nomear o defensor público-geral de cada estado, entre os membros estáveis da carreira e com no mínimo trinta anos de idade, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- Ⓔ A nomeação de defensor público-geral requer observância ao caráter de carreira do cargo de defensor público, cabendo a lei complementar disciplinar a forma de escolha do chefe da Defensoria Pública entre seus integrantes.

Questão 58

Com base no regime constitucional das finanças públicas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Créditos extraordinários somente podem ser abertos por lei ordinária, sendo vedada sua instituição por medida provisória, ainda que para atender despesas decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- Ⓑ Compete privativamente à Câmara dos Deputados dispor sobre limites e condições para concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- Ⓒ É possível a realização de operações de crédito entre órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do mesmo ente federativo, desde que o valor seja devolvido até o término do exercício financeiro em que ocorrer a operação.
- Ⓓ Compete à União estabelecer, em lei complementar, normas gerais sobre finanças públicas, dívida pública e concessão de garantias, aplicáveis a todos os entes federativos, preservada a autonomia destes para disciplinar aspectos específicos de sua gestão financeira.
- Ⓔ É permitida a vinculação de receita de impostos a qualquer órgão, fundo ou despesa, desde que aprovada por maioria absoluta do Congresso Nacional.

Questão 59

Acerca das garantias, vedações e organização do Poder Judiciário conforme a Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os tribunais podem decretar sigilo de julgamentos e dispensar fundamentação de decisões quando houver risco à intimidade das partes.
- Ⓑ Admite-se a decretação de férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, desde que mantido plantão permanente.
- Ⓒ A remoção ou a disponibilidade de magistrado por interesse público exige decisão por maioria simples do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assegurada a ampla defesa.
- Ⓓ Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- Ⓔ A garantia de irredutibilidade de subsídio dos magistrados afasta a incidência do teto constitucional.

Questão 60

Com base nas previsões constitucionais acerca do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- Ⓐ É vedada a criação de órgão jurisdicional de segundo grau em município que não seja sede de tribunal, ainda que para fins de descentralização administrativa.
- Ⓑ Os atos administrativos praticados por órgãos do Poder Judiciário podem ser revistos, quanto à sua legalidade, pelo CNJ, que exerce controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, respeitada a autonomia funcional do Tribunal de Contas da União.
- Ⓒ A autonomia administrativa e financeira dos tribunais compreende a possibilidade de eles elaborarem sua proposta orçamentária independentemente da observância aos limites da LDO.
- Ⓓ Os órgãos do Poder Judiciário não podem, em nenhuma hipótese, propor ao Poder Legislativo a criação de cargos e serviços auxiliares, por ser tal atribuição conferida exclusivamente ao presidente da República.
- Ⓔ O CNJ exerce controle jurisdicional sobre decisões judiciais e administrativas, podendo reformá-las diretamente quando verificar ilegalidade ou afronta a direitos fundamentais.

Espaço livre

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVA OBJETIVA P₂ -- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I --

DIREITO EMPRESARIAL, DIREITO CIVIL E DIREITO PENAL

Questão 61

Assinale a opção correta a respeito das relações entre sociedades.

- Ⓐ No âmbito das sociedades coligadas, presume-se influência significativa quando a investidora exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, controlando-a.
- Ⓑ O consórcio adquire personalidade jurídica com a inscrição de seus atos constitutivos no registro do comércio do lugar de sua sede.
- Ⓒ As empresas consorciadas se obrigam solidariamente pelas obrigações previstas no respectivo contrato de constituição.
- Ⓓ A decretação de falência de qualquer empresa consorciada estende-se às demais, atingindo a esfera jurídica do consórcio.
- Ⓔ A sociedade subsidiária integral pode ser constituída mediante escritura pública, tendo como único acionista sociedade brasileira.

Questão 62

De acordo com as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro relativas à vigência e à aplicação da lei no tempo e no espaço, assinale a opção correta.

- Ⓐ A autoridade judiciária brasileira deve cumprir, concedido o *exequatur* e segundo a forma estabelecida pela lei estrangeira, as diligências deprecadas por autoridade estrangeira competente.
- Ⓑ Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia quarenta e cinco dias depois de sua publicação oficial.
- Ⓒ Quando a lei for omissa, o juiz deverá decidir o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- Ⓓ Para a qualificação dos bens e a regulação das relações a eles concernentes, aplica-se a lei do país de seus respectivos proprietários.
- Ⓔ Lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes revoga a lei anterior.

Questão 63

No que se refere aos institutos da tutela e da curatela, assinale a opção correta.

- Ⓐ A autoridade do curador é personalíssima e não se estende à pessoa e aos bens dos filhos menores do curatelado.
- Ⓑ O instituto da tutela visa proteger maiores incapacitados em razão de doença, deficiência ou outras condições que os impossibilitem de tomar decisões sobre suas próprias vidas.
- Ⓒ O juiz pode nomear um protutor para fiscalizar os atos do tutor.
- Ⓓ Aqueles que legalmente puderem se escusar da tutela deverão apresentar a escusa em até trinta dias após a designação, sob pena de entender-se renunciado o direito de alegá-la.
- Ⓔ A curatela é exercida de forma individual, não sendo possível o estabelecimento de curatela compartilhada a mais de uma pessoa.

Questão 64

Suponha que um cidadão brasileiro residente no exterior tenha praticado um crime contra a fé pública do município de Aracaju e que tenha sido apurado, durante investigação criminal, que o crime fora cometido em território estrangeiro. Nessa situação hipotética, aplica-se a lei penal

- Ⓐ brasileira, desde que haja previsão de reciprocidade em tratado internacional celebrado com o país onde ocorreu o crime.
- Ⓑ estrangeira, porque o crime foi praticado fora do território nacional e não se enquadra em nenhuma hipótese de extraterritorialidade.
- Ⓒ estrangeira, pois, pelo princípio da territorialidade absoluta, apenas a jurisdição do local do crime tem competência para aplicar sua lei penal.
- Ⓓ estrangeira, porquanto a lei penal brasileira não é aplicável a crimes contra a fé pública de municípios.
- Ⓔ brasileira, pois o crime, embora cometido no exterior, atingiu bem jurídico cuja tutela penal admite a extraterritorialidade incondicionada.

Questão 65

Em 2014, Paulo, servidor de autarquia federal, praticou crimes de concussão e peculato. O Ministério Público ofereceu denúncia, a qual foi recebida no mesmo ano, e o processo seguiu seu curso até 2024, quando foi proferida sentença.

Considerando a situação hipotética precedente e as regras do Código Penal relativas à prescrição, assinale a opção correta.

- Ⓐ As penas de multa previstas para os crimes cometidos por Paulo, se aplicadas cumulativamente com as privativas de liberdade, prescrevem em dois anos.
- Ⓑ Se, na data da sentença, Paulo tivesse 65 anos de idade, o prazo prescricional seria reduzido à metade.
- Ⓒ Caso Paulo estivesse, no decorrer da ação penal, cumprindo pena no exterior por fato diverso, a prescrição não correria durante o período de cumprimento da pena.
- Ⓓ Caso Paulo tivesse permanecido preso no Brasil por outro motivo no decorrer da ação penal, o prazo prescricional teria ficado suspenso durante o período da prisão.
- Ⓔ Em se tratando de concurso de crimes, o prazo prescricional deve ser calculado de acordo com a soma das penas previstas para cada um dos delitos.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL**Questão 66**

A respeito da citação, da intimação e de outras comunicações no âmbito do processo administrativo fiscal (PAF) no estado de Sergipe, assinale a opção correta de acordo com a Lei estadual n.º 7.651/2013 e o Decreto estadual n.º 29.803/2014.

- Ⓐ As comunicações ao sujeito passivo realizadas por meio eletrônico não dispensam sua publicação no Diário Oficial do Estado.
- Ⓑ A forma de realização da citação e da intimação deve respeitar a seguinte ordem de preferência: pessoal, via postal, meio eletrônico e edital.
- Ⓒ A citação do auto de infração de modelo simplificado por falta de pagamento do IPVA deve ocorrer por meio de edital.
- Ⓓ A citação por meio eletrônico é considerada efetivada no dia em que o autuado efetiva a consulta eletrônica ao seu teor, ainda que isso ocorra em dia não útil.
- Ⓔ A intimação por via postal será considerada não efetivada quando houver a devolução do aviso de recebimento (AR) à repartição fazendária que a providenciou.

Questão 67

Em relação ao Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), assinale a opção correta conforme a Lei estadual n.º 3.140/1991.

- Ⓐ O apoio creditício compreende a cessão, venda ou permuta de terrenos ou de galpões industriais, a preço subsidiado, para implantação de indústrias.
- Ⓑ O apoio fiscal previsto no PSDI pode ser viabilizado por meio do diferimento do ICMS nas importações, do exterior, de bens de capital, feitas por empreendimentos industriais novos, ou por empresas industriais em funcionamento.
- Ⓒ Como forma de apoio financeiro, o PSDI prevê a participação acionária do estado de Sergipe em empreendimentos industriais novos, por meio da subscrição de ações preferenciais, com direito a voto.
- Ⓓ São considerados prioritários para o PSDI os empreendimentos privados que proporcionem a centralização econômica e especial das atividades produtivas.
- Ⓔ O PSDI prevê estímulos fiscais relacionados ao IPTU, admitindo o financiamento de até 80% do valor do tributo.

Questão 68

No que concerne ao Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF), assinale a opção correta com base na Lei estadual n.º 8.180/2016 e no Decreto estadual n.º 30.479/2017.

- Ⓐ Os rendimentos de aplicações financeiras de recursos do FEEF não constituem receita desse fundo e devem ser vertidos ao Tesouro estadual.
- Ⓑ A empresa que não pagar, por três meses, ainda que não consecutivos, o percentual do benefício fiscal destinado ao FEEF perderá, em caráter definitivo, tal benefício fiscal.
- Ⓒ As empresas beneficiadas pelo PSDI estão desobrigadas de recolher ao FEEF encargo sobre o benefício fiscal relativo àquele programa.
- Ⓓ Constitui receita do FEEF o encargo correspondente a 10% do valor do benefício fiscal concedido no âmbito do PSDI, percentual a ser pago por toda empresa inscrita no Simples Nacional.
- Ⓔ Em caso de extinção do FEEF, o saldo eventualmente existente será revertido aos seus financiadores, incluídas as empresas que recolheram o encargo atrelado ao benefício fiscal gozado no âmbito do PSDI.

Questão 69

Acerca da ocorrência do fato gerador do IPVA no estado de Sergipe, assinale a opção correta à luz da Lei estadual n.º 7.655/2013 e do Decreto estadual n.º 29.684/2014.

- Ⓐ Em se tratando de veículo novo, considera-se ocorrido o fato gerador do IPVA na data de sua primeira aquisição pelo consumidor.
- Ⓑ No caso de veículos usados, considera-se ocorrido o fato gerador do IPVA quando da concretização do negócio jurídico relativo à aquisição do veículo.
- Ⓒ Em se tratando de veículo não fabricado em série, considera-se ocorrido o fato gerador do IPVA na data de saída da nota fiscal.
- Ⓓ No caso de veículo importado diretamente do exterior pelo consumidor, o fato gerador do IPVA ocorre na data de registro da declaração da compra.
- Ⓔ No caso de veículo novo adquirido em leilão, o fato gerador do IPVA ocorre na data em que estiver autorizada a sua utilização.

Questão 70

Assinale a opção correta referente ao IPVA no âmbito do estado de Sergipe, consoante a Lei estadual n.º 7.655/2013 e o Decreto estadual n.º 29.684/2014.

- Ⓐ As alíquotas de IPVA para micro-ônibus são as mesmas aplicáveis a veículos utilitários.
- Ⓑ O recolhimento do IPVA de veículos novos deve ser efetuado em cota única nos prazos indicados em ato do secretário de estado da fazenda estadual.
- Ⓒ O pagamento à vista dos débitos de IPVA enseja a redução de até 95% do valor do imposto devido.
- Ⓓ O recolhimento do IPVA em outra unidade da Federação não dispensa novo pagamento do imposto para o estado de Sergipe.
- Ⓔ Em caso de perda total do veículo por sinistro, roubo ou furto, se ocorrida após o recolhimento do IPVA, é possível a restituição proporcional do valor do imposto pago.

Questão 71

Assinale a opção correta acerca do PAF no estado de Sergipe, considerando as disposições da Lei estadual n.º 7.651/2013 e do Decreto estadual n.º 29.803/2014.

- Ⓐ Cabe recurso especial ao Conselho de Contribuintes do Estado de Sergipe (CONTRIB/SE) de decisão não unânime proferida em recurso voluntário.
- Ⓑ No caso de reanálise, o PAF deve ser remetido inicialmente para a mesma autoridade julgadora que proferiu a decisão anterior.
- Ⓒ Admite-se a reunião, em uma só petição, de recursos contra mais de uma decisão de primeira instância, desde que versem sobre a mesma matéria e alcancem o mesmo sujeito passivo.
- Ⓓ No recurso voluntário, é possível suscitar questões de fato, ainda que estas não tenham sido propostas perante o julgamento de primeira instância.
- Ⓔ As decisões da primeira instância desfavoráveis, no todo ou em parte, à fazenda estadual devem ser submetidas a reexame necessário, sem efeito suspensivo.

Questão 72

A respeito do ITCMD, em observância à Lei estadual n.º 7.724/2013 e ao Decreto estadual n.º 29.994/2015, julgue os itens a seguir.

- I As doações realizadas pela União, pelos estados e pelos municípios em seus respectivos programas de regularização fundiária destinados à população de baixa renda são isentas do ITCMD.
- II Na transmissão *causa mortis*, considera-se um único fato gerador, independentemente do número de herdeiros.
- III O reconhecimento da isenção de ITCMD atinente a transmissões *causa mortis* e doações de quaisquer bens ou direitos para templos de qualquer culto independe de deferimento de pedido prévio realizado pelo interessado à SEFAZ/SE.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 73

Com base na Lei estadual n.º 3.796/1996 e no Decreto estadual n.º 21.400/2002, julgue os itens seguintes, referentes ao ICMS.

- I A pessoa física ou jurídica que realize operações sem habitualidade ou intuito comercial não pode figurar como contribuinte do ICMS.
- II No caso de encerramento das atividades de qualquer estabelecimento, o saldo credor decorrente da manutenção de créditos autorizados, existente na data do encerramento, não é restituível ou transferível para outro estabelecimento.
- III Cada estabelecimento do titular é considerado autônomo para fins da exigência do ICMS, incluído veículo usado em comércio ambulante ou na captura de pescado.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 74

De acordo com as disposições da Lei n.º 4.731/2002 relativas à adição de pontos percentuais a alíquotas do ICMS incidentes em determinadas operações e prestações com determinados produtos e serviços, com a correspondente arrecadação vinculada ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza de Sergipe, é correto afirmar que tal adicional de alíquota de ICMS

- A incide nas operações de importação de mercadorias ou bens do exterior destinados a consumidor final, incluídos os bens destinados à incorporação no ativo permanente de contribuinte do ICMS.
- B não incide nas operações em que haja recolhimento do ICMS mediante substituição tributária.
- C incide na entrada, no território do estado, de petróleo e de lubrificantes, quando destinados à comercialização ou industrialização.
- D não incide nas operações e prestações em que os destinatários das mercadorias ou os tomadores dos serviços estejam localizados em outra unidade da Federação e não sejam contribuintes do imposto.
- E incide nas operações de arrematação de mercadorias ou bens importados do exterior e apreendidos ou abandonados, desde que destinados a consumidor final.

Questão 75

Assinale a opção correta em relação ao ICMS, conforme a Lei estadual n.º 3.796/1996 e o Decreto estadual n.º 21.400/2002.

- A A entrada de energia elétrica no estabelecimento do contribuinte, quando consumida no processo de industrialização, não dará direito a crédito de ICMS.
- B A base de cálculo do ICMS será integrada do montante do imposto sobre produtos industrializados no caso de operação realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou comercialização configurar fato gerador de ambos os impostos.
- C A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais pode ser determinada unilateralmente pelo estado de Sergipe.
- D O contribuinte substituto tem direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar, inclusive quanto ao aspecto quantitativo.
- E Nas operações e prestações interestaduais entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, caso haja o reajuste do valor depois da remessa ou da prestação, a diferença ficará sujeita ao ICMS no estabelecimento do remetente ou do prestador.

Questão 76

Julgue os itens subsecutivos, no que concerne à taxa estadual de fiscalização e serviços diversos (TFSD), segundo a Lei estadual n.º 8.638/2019.

- I A emissão da primeira via da carteira de identidade é isenta da TFSD.
- II Os recolhimentos de taxas devidas, ainda que ocorridos para períodos específicos, podem ser aproveitados em períodos diversos.
- III O reconhecimento e a concessão da isenção da TFSD prescindem de requerimento ao órgão ou à entidade competente para a realização do ato ou prestação do serviço.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 77

A respeito do julgamento de PAF no estado de Sergipe, assinale a opção correta de acordo com a Lei estadual n.º 7.651/2013 e o Decreto estadual n.º 29.803/2014.

- A A proposta de elaboração de súmula no âmbito do PAF é da competência exclusiva do CONTRIB/SE, devendo ser validada pelo presidente do Conselho Superior de Recursos Fiscais (CONSUREF).
- B Havendo prova produzida por perícia técnica, a autoridade julgadora fica vinculada às conclusões dos laudos.
- C O julgamento do PAF em primeira instância é competência privativa dos servidores do fisco estadual e dos procuradores estaduais, admitida uma única recondução para mandato sucessivo como membro da comissão de julgamento de primeira instância.
- D O Conselho Superior de Recursos Fiscais (CONSUREF) tem competência para julgar, em última instância, os recursos interpostos contra decisões proferidas pelo CONTRIB/SE, bem como os recursos de pedido de reconsideração.
- E O CONTRIB/SE é o órgão colegiado de segunda instância da SEFAZ/SE, organizado em duas câmaras, com competência para julgar o reexame necessário e o julgamento de recurso voluntário das decisões em PAF proferidas em primeira instância.

Questão 78

Julgue os itens que se seguem, acerca do ITCMD, em observância à Lei estadual n.º 7.724/2013 e ao Decreto estadual n.º 29.994/2015.

- I São responsáveis pela retenção e pelo recolhimento do ITCMD as instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil a operar no mercado de câmbio, nas doações realizadas por meio de transferências financeiras para o exterior e do exterior para o país.
- II Nas situações que envolvam a instituição de direitos reais, a base de cálculo do ITCMD deve ser metade do valor do bem ou direito transmitido.
- III Na transmissão de ações representativas do capital de sociedades e de outros bens e direitos negociados em bolsa de valores, a base de cálculo do ITCMD será determinada segundo a cotação média alcançada na bolsa de valores na data da aquisição dessas ações.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 79

Julgue os itens a seguir, acerca do ICMS, conforme a Lei estadual n.º 3.796/1996 e o Decreto estadual n.º 21.400/2002.

- I Os membros do Poder Judiciário, os escrivães, os tabeliães e demais serventuários da justiça estadual são subsidiariamente responsáveis pela fiscalização do ICMS nos atos oficiais de que participarem.
- II A responsabilidade por infração relativa ao ICMS depende da efetividade, da natureza e da extensão dos efeitos do ato.
- III Admite-se a restituição do ICMS mediante autorização de crédito do respectivo valor em conta gráfica.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 80

Acerca da sujeição passiva e do recolhimento do IPVA, assinale a opção correta conforme a Lei estadual n.º 7.655/2013.

- A Os herdeiros são responsáveis pelos débitos de IPVA do espólio.
- B No caso de veículo alienado em hasta pública, o débito de IPVA vencido e não pago deverá ser cobrado, preferencialmente, do último proprietário do veículo submetido a leilão.
- C Na hipótese de agente público contratar a locação de veículo para uso por pessoa jurídica de direito público no estado de Sergipe, a locadora do veículo será responsável pelo pagamento do IPVA em relação aos fatos geradores ocorridos nos exercícios em que o veículo estiver sob locação.
- D O adquirente do veículo é responsável pelo pagamento do imposto e dos acréscimos legais de exercícios anteriores inadimplidos.
- E A responsabilidade do tutor ou do curador pelos débitos de seu tutelado ou curatelado tem caráter solidário, por expressa previsão legal.

AUDITORIA FISCAL**Questão 81**

Um auditor fiscal analisou a receita declarada no SPED Fiscal (EFD-ICMS/IPI) e no SPED Contribuições, tendo constatado tendência de queda do *mark-up* setorial de determinada empresa auditada, com aumento do volume de NF-e de remessas simbólicas de mercadorias.

Nessa situação, considerando as NBC TA 315, 330 e 520, os procedimentos analíticos para o direcionamento de testes e a abordagem inicial adequada para responder aos riscos avaliados de distorção relevante em receitas tributáveis, o auditor fiscal deveria

- A focar exclusivamente a inspeção física de estoques, sem correlação com tendências de margens e séries temporais de receita.
- B executar análise de razão entre ICMS débito e volume de NF-e emitidas, por CFOP, e estratificar variações sazonais atípicas por estabelecimento.
- C substituir integralmente testes substantivos por testes de observância em controles de faturamento e conciliação de duplicatas a receber.
- D concluir pelo baixo risco inerente por existir certificação digital e contingência de emissão FS-DA, dispensando procedimentos adicionais.
- E realizar apenas circularização de saldos de clientes selecionados, por amostragem aleatória simples, sem dependência de materialidade.

Questão 82

Ao definir materialidade para auditoria fiscal em contribuinte com receita bruta anual de R\$ 600 milhões, o auditor estimou materialidade de R\$ 3 milhões para demonstrações e de R\$ 2 milhões para classes de transações de ICMS.

Considerando que, na situação hipotética apresentada, houvesse avaliação de risco alto para receitas, assinale a opção correta.

- A Se a materialidade global for definida, não se admite materialidade específica para tributos, que caracteriza vieses setoriais incompatíveis com uniformidade.
- B Materialidade é conceito exclusivo de auditoria contábil e não se aplica à auditoria fiscal em tributos indiretos por não afetar as demonstrações.
- C Uma vez estabelecida a materialidade no planejamento, é vedada sua revisão ao longo do trabalho, ainda que o risco se eleve por achados relevantes.
- D É aceitável definir materialidade de execução inferior à materialidade global para o direcionamento de testes substantivos adicionais em receitas, dado o risco elevado de dispersão dos itens.
- E A materialidade deve ser sempre percentual fixo da receita bruta, não podendo ser ajustada por risco, dispersão ou peculiaridades do contribuinte.

Questão 83

Em avaliação de controles sobre emissão de NF-e e escrituração na EFD ICMS/IPI, um auditor pretende confiar em controles automáticos do Sistema Integrado de Gestão Empresarial (ERP), usado pelo contribuinte, para apropriação de CFOP e CST.

Com base na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta em relação à resposta aos riscos.

- Ⓐ Testes de controles devem incluir inspeção de parametrizações e reexecução de regras no ambiente de teste, antes da redução da extensão de testes substantivos.
- Ⓑ A existência de *logs* de sistema, por si só, comprova a eficácia do controle e autoriza a redução da amostra substantiva sem testes adicionais.
- Ⓒ O auditor não deve testar controles em ambiente fiscal, pois a NBC TA 330 veda testes de observância quando houver base digital extensa.
- Ⓓ O auditor deve inquirir o responsável pelo ERP e registrar a resposta em ata, podendo dispensar inspeções ou reexecuções, pois o controle é automatizado.
- Ⓔ O auditor deve substituir integralmente os testes substantivos por observação às rotinas de tecnologia da informação em produção.

Questão 84

Tendo em vista que, em auditoria de créditos tributários presumidos, o auditor deve considerar a obtenção de confirmações com fornecedores e clientes, bem como o acesso a extratos bancários, assinale a opção correta acerca de confirmações externas e restrições legais de sigilo.

- Ⓐ Uma vez enviadas, as confirmações a terceiros prescindem de controle de respostas, presumindo-se veracidade após cinco dias úteis.
- Ⓑ As confirmações externas substituem qualquer evidência documental interna, dispensando-se conciliações com SPED ou ECD.
- Ⓒ O auditor pode acessar dados bancários de terceiros sem autorização, desde que o objetivo seja arrecadatório e que o pedido conste formalmente nos papéis de trabalho.
- Ⓓ A NBC TA 505 – Confirmações Externas impede confirmações no ambiente fiscal por envolver dados sigilosos, devendo o auditor limitar-se a entrevistas e observações.
- Ⓔ Confirmações externas são obtidas quando úteis e proporcionais ao risco; acesso a dados bancários depende de fundamentos legais e procedimentos específicos de quebra de sigilo e de possibilidade de compartilhamento.

Questão 85

No que diz respeito à amostragem de NF-e para ICMS e à amostragem por atributos para verificação de CFOP e CST, bem como procedimentos analíticos direcionais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A amostragem por atributos é adequada para a estimativa de taxa de desvios de CFOP/CST, podendo os procedimentos analíticos direcionar seleção adicional.
- Ⓑ A seleção de itens de maior valor fere o princípio de representatividade e deve ser evitada sob qualquer hipótese, especialmente em se tratando de bases de dados extensas.
- Ⓒ O auditor não pode combinar métodos de amostragem no mesmo trabalho, sob o risco de gerar vieses incompatíveis com inferência e provocar inconsistência em suas percepções.
- Ⓓ A NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria exige amostragem probabilística estrita e veda qualquer uso de julgamento na seleção de itens.
- Ⓔ A adoção de procedimentos analíticos substitui os testes de detalhes quando a base é grande, independentemente do risco avaliado.

Questão 86

Assinale a opção correta a respeito do encadeamento de evidências em procedimento de conciliação entre NF-e, EFD ICMS/IPI e ECD.

- Ⓐ A EFD ICMS/IPI poderá ser aceita como evidência suficiente isolada, sem a necessidade de cruzamento com documentos-fonte ou livros contábeis.
- Ⓑ Lançamentos na ECD não são considerados evidência apropriada para tributos, pois não guardam relação com fatos geradores de ICMS.
- Ⓒ A consistência entre chave da NF-e, registros C100/C170 da EFD e lançamentos na ECD deve formar trilha íntegra, permitindo reconciliar bases, alíquotas e contas contábeis.
- Ⓓ Como a NF-e é documento fiscal válido, não é necessária a verificação do espelhamento na EFD caso o DANFE seja emitido com código QR.
- Ⓔ A ausência de evento de contingência na NF-e dispensa verificação de escrituração, pois indica transmissão regular.

Questão 87

Em auditoria do CIAP de indústria, o auditor avalia a apropriação mensal de 1/48 do crédito de ICMS sobre um imobilizado de R\$ 2.400.000, com alíquota efetiva de 18%.

Nessa situação hipotética, como o crédito total é de R\$ 432.000, a apropriação mensal

- Ⓐ é livre dentro dos 48 meses seguintes à aquisição, podendo alternar entre meses conforme fluxo de caixa.
- Ⓑ é de R\$ 18.000 por 24 meses, reduzindo-se o prazo pela metade se o bem for novo.
- Ⓒ de 1/48 (R\$ 9.000) ocorre no primeiro mês se, e somente se, o ativo for produtivo imediatamente.
- Ⓓ é de R\$ 4.500 por 96 meses, diluindo-se a volatilidade de produção quando o ativo não for utilizado nos primeiros seis meses.
- Ⓔ é de R\$ 9.000 ao longo de 48 meses, observados a proporção de uso e ajustes por saídas isentas.

Questão 88

Se, em determinada empresa varejista, a conta caixa apresentar saldos credores em alguns dias do mês, havendo suprimentos de numerário sem suporte documental e divergências entre EFD de saídas e lançamentos de receitas, o auditor deverá

- Ⓐ reclassificar automaticamente os saldos credores de caixa para contas a pagar, avaliar a existência de numerários em cofres ou gavetas, eliminando a anomalia por ajuste contábil, e concluir a auditoria do período.
- Ⓑ limitar-se à análise comparativa de margens brutas mensais dos últimos cinco exercícios, e, estando elas dentro de faixa histórica, concluir pela inexistência de fraude, não sendo necessários os testes adicionais em caixa.
- Ⓒ investigar saldos negativos por trilha inversa até documentos de origem, conciliar com bancos e EFD, aplicar confirmações externas quando cabível e avaliar possível ocultação de receitas com testes dirigidos em períodos e itens atípicos.
- Ⓓ solicitar declaração da administração quanto ao motivo dos saldos credores e aceitá-la como evidência suficiente, registrando apenas ressalva de controle interno no relatório de auditoria.
- Ⓔ desconsiderar as divergências entre EFD e livros contábeis, por serem sistemas distintos e não integrados, e priorizar a informação contábil como base para todas as conciliações.

Questão 89

Em determinada indústria, na qual é adotado o custo por absorção, constatou-se a presença de indícios de superavaliação no custo dos estoques e falhas de corte de operações entre meses.

Nessa situação, o auditor deve

- Ⓐ avaliar apenas a variação do giro de estoques e do prazo médio de estocagem, concluindo a mensuração com base em indicadores operacionais, que substituem eficientemente os testes de detalhe e de corte.
- Ⓑ revisar somente o ERP para confirmar parametrizações de custo, comparando-as com o manual interno, pois a consistência sistêmica garante apuração correta do estoque.
- Ⓒ aplicar análise horizontal do CMV e, se a variação for inferior a 5%, concluir pela ausência de risco relevante de superavaliação, dispensando testes de detalhes.
- Ⓓ observar o inventário físico, testar corte (*cut off*) com NF-e e EFD, reprecificar itens com fichas de custo, revisar rateios de CIF e reconciliação produção-estoque, avaliando estimativas e capitalizações indevidas.
- Ⓔ confirmar por circularização a existência dos estoques junto a fornecedores, substituindo a observação física, por ser aquela a evidência externa mais confiável.

Questão 90

Determinada rede varejista, contribuinte do ICMS, apresentou aumento expressivo no saldo de estoques e na margem bruta de lucro. A parametrização do ERP indica que, para parte das entradas, o ICMS destacado foi incorporado ao custo. Há registros na EFD-ICMS/IPI com CFOP de compra para revenda e fretes CIF e FOB tratados de forma indistinta. Um auditor fiscal foi designado para identificar e quantificar eventual superavaliação do custo dos estoques, conciliando escrituração fiscal digital, NF-e e razão contábil.

Nessa situação hipotética, o plano de trabalho adequado para o auditor atingir seu objetivo com evidência suficiente e apropriada seria

- Ⓐ circularizar fornecedores e transportadores; validar preços por amostragem estatística; aceitar custos do ERP independentemente da conciliação entre NF-e/EFD/razão; desprezar a incidência de ICMS recuperável nas entradas.
- Ⓑ executar apenas procedimentos analíticos de margens e giro de estoques; desprezar contagem física; dispensar revisão de CFOP e CST nas entradas; concluir pela razoabilidade do custo médio sem recomposição por item.
- Ⓒ inspecionar o inventário físico e conferir quantidades; aceitar a composição de custo interno; verificar apenas a integridade aritmética do *Kardex*; dispensar validação cruzada nas NF-e e na EFD-ICMS/IPI.
- Ⓓ apoiar-se em parecer tributário pretérito; recalcular globalmente o ICMS a recuperar; ajustar o estoque por rateio linear; dispensar testes de observância e de rastreabilidade NF-e → EFD → contabilidade.
- Ⓔ dispensar circularização a clientes; mapear e testar a parametrização fiscal e contábil do ERP; recompor custos unitários, excluindo ICMS recuperável e despesas alheias; conciliar: NFe por chave de acesso → EFD blocos C e H → razão → inventário físico; aplicar testes dirigidos por materialidade e *outliers*.

Espaço livre

PROVA OBJETIVA P₃ -- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II --

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 91

Acerca das normas fiscais e dos procedimentais atinentes à redução de juros e multas de créditos tributários relacionados ao ICMS, julgue os seguintes itens, de acordo com a Lei estadual n.º 9.167/2023.

- I Caso se opte pelo parcelamento previsto na referida lei, não se poderá realizar o cálculo das parcelas com base em dados econômicos, financeiros ou fiscais do contribuinte aderente.
- II Os parcelamentos dos créditos tributários implicam o levantamento das penhoras ou arrestos em dinheiro ou de bens acautelados em ações judiciais.
- III Os benefícios previstos na referida lei podem ser cumulados com outros que, previstos na legislação tributária do estado de Sergipe, sejam concedidos para o pagamento do ICMS ou de penalidades.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 92

Assinale a opção correta a respeito da medida cautelar fiscal, de acordo com a Lei n.º 8.397/1992.

- A A substituição da medida cautelar fiscal pela prestação de garantia correspondente ao valor da prestação independe de oitiva da fazenda pública.
- B A decretação da medida cautelar fiscal produzirá, de imediato, a indisponibilidade de todos os bens do requerido.
- C A cessação da eficácia da medida não impede a fazenda pública de requerê-la novamente, ainda que sob o mesmo fundamento.
- D No caso de pessoa jurídica, em atenção ao princípio da preservação da empresa, a indisponibilidade decorrente da medida cautelar fiscal não pode recair sobre os bens do ativo permanente.
- E A concessão liminar da medida cautelar fiscal independe de justificação prévia por parte da fazenda pública requerente.

Questão 93

Acerca da transação resolutiva de litígio, assinale a opção correta, conforme a Lei n.º 13.988/2020.

- A Constitui óbice à formalização da transação a impossibilidade material de prestação de garantias pelo devedor ou de garantias adicionais às já formalizadas em processos judiciais.
- B A transação resulta na novação dos créditos por ela abrangidos, porquanto a adesão do devedor ao programa implica aceitação de todas as condições fixadas no edital que a propõe.
- C A proposta de transação não implica suspensão da exigibilidade dos créditos por ela abrangidos nem o sobrestamento das respectivas execuções fiscais.
- D A rescisão da transação implicará o afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas, sem direito à restituição dos valores já pagos.
- E A transação contempla, como benefício, a concessão de descontos nas multas de natureza tributária e penal, nos juros e nos encargos legais relativos a créditos a serem transacionados que sejam classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação.

Questão 94

Assinale a opção correta a respeito da cobrança judicial da dívida ativa da fazenda pública, de acordo com a Lei n.º 6.830/1980 e com a jurisprudência dos tribunais superiores.

- A Na execução fiscal, a citação por edital não interrompe o fluxo do prazo prescricional.
- B Admite-se a substituição da certidão de dívida ativa até a prolação da sentença de embargos, desde que feita para a correção de erro material, vedada a retificação de erros formais, a exemplo da modificação do sujeito passivo da execução.
- C A execução fiscal não é cabível para a cobrança de multas civis fixadas em sentença decorrentes de condenação por atos de improbidade administrativa.
- D É vedado à fazenda pública recusar a substituição do bem penhorado pelo precatório oferecido pelo devedor, uma vez que esse precatório, por ser direito de crédito, goza de preferência legal em relação à penhora.
- E Na execução fiscal, a citação realizada via Correios com aviso de recebimento (AR) não exige a pessoalidade da citação nem a assinatura do próprio executado no AR, bastando a comprovação de que a correspondência foi entregue no endereço do executado.

Questão 95

Acerca do processo judicial tributário, julgue os itens a seguir, observando a jurisprudência dos tribunais superiores.

- I Segundo entendimento do STF, não se admite a restituição administrativa de indébito reconhecido na via judicial por meio de mandado de segurança, sob pena de inobservância do regime constitucional de precatórios.
- II Caso um pronunciamento do STF em controle concentrado declare a constitucionalidade de determinado tributo, a fazenda pública deverá ajuizar ação rescisória para fazer cessar os efeitos de decisões transitadas em julgado que tenham dispensado o recolhimento daquele tributo em favor de determinados contribuintes.
- III A exceção de pré-executividade não pode ser apresentada após a propositura e o julgamento de improcedência dos embargos à execução fiscal, porquanto caracterizada a preclusão consumativa, ainda que se trate de matérias cognoscíveis de ofício.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 96

De acordo com a Lei do Mandado de Segurança (Lei n.º 12.016/2009) e o entendimento do STF, assinale a opção correta acerca do cabimento de liminar no mandado de segurança.

- Ⓐ Deferida a liminar, os efeitos da medida, salvo se revogada ou cassada, persistirão até a prolação da sentença e, no caso, com o deferimento da medida liminar, não haverá necessidade de prioridade de julgamento do feito, visto que o objeto da ação mandamental estará resguardado.
- Ⓑ É inconstitucional o dispositivo legal que veda a concessão de liminar no mandado de segurança cujo objeto seja a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.
- Ⓒ A Lei do Mandado de Segurança não prevê a concessão de liminar no mandado de segurança coletivo.
- Ⓓ É constitucional o dispositivo legal que determina que, no mandado de segurança coletivo, a liminar só pode ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público.
- Ⓔ É constitucional o dispositivo legal que veda a concessão de liminar em mandado de segurança cujo objeto seja a compensação de créditos tributários.

Questão 97

Conforme a Lei do Mandado de Segurança e a jurisprudência do STF, o prazo para impetração do mandado de segurança é

- Ⓐ prescricional, de 30 dias, contados da prática do ato impugnado pela autoridade pública ou equiparada.
- Ⓑ decadencial, de 120 dias, contados da ciência do interessado sobre o ato impugnado.
- Ⓒ decadencial, de 30 dias, contados da prática do ato impugnado pela autoridade pública ou equiparada.
- Ⓓ prescricional, de 3 anos, contados da prática do ato impugnado pela autoridade pública ou equiparada.
- Ⓔ prescricional, de 120 dias, contados da ciência do interessado sobre o ato impugnado.

Questão 98

Suponha que o Ministério Público tenha proposto ação civil pública fundamentada na defesa de direitos difusos e com pedido principal de declaração de inconstitucionalidade de lei federal, sem apresentar fatos concretos e individualizados. Nesse caso, de acordo com o entendimento do STF, trata-se de hipótese de controle de constitucionalidade

- Ⓐ difuso, podendo o pedido ser formulado por meio de ação civil pública, que deverá ser julgada por juízo de primeiro grau.
- Ⓑ concentrado, podendo o pedido ser formulado por meio de ação civil pública, que deverá ser julgada por juízo de primeiro grau.
- Ⓒ difuso, devendo o pedido ser formulado por meio de ação direta de inconstitucionalidade, que deverá ser julgada pelo STF.
- Ⓓ concentrado, devendo o pedido ser formulado por meio de ação direta de inconstitucionalidade, que deverá ser julgada pelo STF.
- Ⓔ concentrado, devendo o pedido ser formulado por meio de ação direta de inconstitucionalidade, que deverá ser julgada por tribunal de justiça estadual.

Questão 99

De acordo com o Código de Processo Civil, em caso de morte de uma das partes, o processo deve ser suspenso, a fim de viabilizar a substituição processual da parte por seu espólio. Contudo, se essa suspensão não ocorrer e atos processuais forem praticados, tais atos serão, segundo o entendimento do STJ,

- Ⓐ válidos, por não haver qualquer vício passível de ser arguido.
- Ⓑ inválidos, uma vez que a nulidade é absoluta, sendo permitido ao espólio alegar, a qualquer tempo, o prejuízo processual.
- Ⓒ inválidos, uma vez que a nulidade é relativa, exigindo-se a comprovação real e concreta do prejuízo processual ao espólio.
- Ⓓ inválidos, uma vez que a nulidade é absoluta, sendo desnecessária a comprovação de prejuízo pelo espólio.
- Ⓔ válidos, uma vez que a nulidade é relativa, exigindo-se a comprovação real e concreta do prejuízo processual ao espólio.

Questão 100

O Código de Processo Civil adota, como regra geral, a teoria da distribuição

- Ⓐ estática do ônus da prova, mas o STJ admite a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova para preservar o direito da parte que teria dificuldade excessiva na produção da prova ou nos casos em que a outra parte tenha maior facilidade de obtenção de prova do fato contrário.
- Ⓑ dinâmica do ônus da prova, mas o STJ admite a aplicação da teoria da distribuição estática do ônus da prova para preservar o direito da parte que teria dificuldade excessiva na produção da prova ou nos casos em que a outra parte tenha maior facilidade de obtenção de prova do fato contrário.
- Ⓒ estática do ônus da prova, não sendo admitida pelo STJ a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova.
- Ⓓ volátil do ônus da prova, mas o STJ admite a aplicação da teoria da distribuição estática para preservar o direito da parte que teria dificuldade excessiva na produção da prova ou nos casos em que a outra parte tenha maior facilidade de obtenção de prova do fato contrário.
- Ⓔ dinâmica do ônus da prova, não sendo admitida pelo STJ a aplicação da teoria da distribuição estática do ônus da prova.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL**Questão 101**

Acerca de imunidades e isenções atinentes ao IPVA consoante o disposto na Lei estadual n.º 7.655/2013, assinale a opção correta.

- Ⓐ A imunidade tributária dos veículos de propriedade das instituições de educação ou de assistência social sem fins lucrativos é ampla, não se exigindo, ao contrário do determinado para os partidos políticos, que os veículos obrigatoriamente sejam utilizados em atividades relacionadas com as finalidades da instituição.
- Ⓑ Gozam de imunidade do IPVA os veículos de propriedade da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, desde que relacionados aos órgãos integrantes da administração direta, ressalvadas as autarquias e fundações.
- Ⓒ Veículos rodoviários pertencentes à categoria táxi e de propriedade de motoristas cooperativados são elegíveis para isenção do IPVA.
- Ⓓ As máquinas de uso exclusivamente agrícola gozam de imunidade tributária relativa ao IPVA.
- Ⓔ São isentos do IPVA quaisquer veículos adquiridos para uso exclusivo de pessoa com deficiência física, visual ou mental, independentemente do valor de aquisição, desde que o laudo de avaliação que ateste a deficiência tenha sido emitido por serviço de saúde público.

Questão 102

Assinale a opção correta acerca do processo administrativo fiscal (PAF), de acordo com a Lei estadual n.º 7.651/2013 e o Decreto estadual n.º 29.803/2014.

- Ⓐ O contribuinte pode interpor, a qualquer tempo, pedido de reconsideração quando constatada, mediante prova incontroversa, a improcedência total ou parcial do crédito reclamado ou a nulidade do lançamento.
- Ⓑ Nos casos de solidariedade passiva, os prazos para interposição de recurso serão contados conjuntamente para os co-obrigados, sendo considerada válida a primeira citação, desde que regular.
- Ⓒ Os atos e termos processuais dependem de forma determinada e serão considerados nulos se realizados de outra forma.
- Ⓓ O depósito administrativo do total do tributo questionado no PAF suspende a atualização monetária e os acréscimos moratórios do crédito tributário.
- Ⓔ Os órgãos julgadores do PAF detêm competência para declarar a inconstitucionalidade de lei, decreto, portaria ou instrução normativa, sendo cabível reexame necessário de suas decisões.

Questão 103

Assinale a opção correta a respeito da lavratura de auto de infração no contexto do PAF, com base na Lei estadual n.º 7.651/2013 e no Decreto estadual n.º 29.803/2014.

- Ⓐ A multa fiscal pode ser exigida sem a lavratura do auto de infração.
- Ⓑ A propositura de ação judicial pelo contribuinte não impede a lavratura do auto de infração relativo ao evento questionado judicialmente.
- Ⓒ A assinatura do auto de infração pelo autuado ou por seu representante legalmente constituído implica confissão irretratável da dívida.
- Ⓓ A lavratura do auto de infração, como regra, dispensa o termo de fiscalização, bastando o demonstrativo do auto de infração.
- Ⓔ O auto de infração no modelo simplificado não pode ser emitido nas hipóteses de falta de pagamento do documento de arrecadação relativo ao ICMS antecipado e à complementação de alíquota.

Questão 104

À luz do disposto na Lei Estadual n.º 7.724/2013, assinale a opção correta no que diz respeito ao ITCMD.

- Ⓐ O referido imposto incide sobre a extinção de direito real que resulte na consolidação da propriedade em favor do titular originário.
- Ⓑ O imposto em questão não incide sobre a doação de bens e direitos com reserva de usufruto em nome do doador.
- Ⓒ A renúncia de herança ou legado, ainda que pura e simples, constitui hipótese de incidência do ITCMD.
- Ⓓ O ITCMD incide sobre créditos oriundos de seguro de vida.
- Ⓔ A instituição de direitos reais de garantia não é alcançada pela incidência do ITCMD.

Questão 105

Assinale a opção correta em relação ao ICMS, com base no disposto na Lei estadual n.º 3.796/1996.

- Ⓐ Valores correspondentes a seguros, juros e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas, bem como descontos concedidos não integram a base de cálculo do ICMS.
- Ⓑ Aplicar-se-á a alíquota prevista para as operações internas na entrada, no território do estado de Sergipe, de energia elétrica e petróleo adquirido em outro estado, quando não destinados à comercialização ou à industrialização.
- Ⓒ A cobrança do ICMS devido na importação de mercadoria ou utilização de serviço iniciado ou prestado no exterior orienta-se pela alíquota interestadual.
- Ⓓ Determina-se a incidência ou não do ICMS com base no título pelo qual a mercadoria ou o bem estava na posse do respectivo titular.
- Ⓔ Ao contrário das situações em que há retorno da mercadoria ao estabelecimento remetente, as operações com mercadorias destinadas a armazém-geral ou depósito fechado, ainda que situadas dentro do estado de Sergipe, estão sujeitas à incidência do ICMS.

Questão 106

No que concerne ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza de Sergipe, julgue os itens a seguir, considerando o disposto na Lei n.º 4.731/2002.

- I O referido fundo é gerido pela Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos (SEIDH).
- II As operações e prestações que envolvam bebidas alcoólicas, cervejas e chopes, aguardentes de cana ou de melaço estão sujeitas ao adicional de ICMS destinado ao referido fundo.
- III As operações promovidas por empresa enquadrada no Regime de Apuração Simplificado do Imposto (SIMFAZ) não estão sujeitas ao adicional de alíquota de ICMS destinado ao referido fundo.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 107

Segundo a Lei estadual n.º 8.638/2019, a taxa estadual de fiscalização e serviços diversos (TFSD) deve ser recolhida

- Ⓐ após a ocorrência dos atos e fatos sobre os quais incidir, cabendo à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura controlar o sistema de arrecadação da taxa.
- Ⓑ antes da ocorrência dos atos e fatos sobre os quais incidir, cabendo à Secretaria de Estado da Fazenda controlar o sistema de arrecadação da taxa.
- Ⓒ antes da ocorrência dos atos e fatos sobre os quais incidir, cabendo à Secretaria da Justiça e de Defesa do Consumidor controlar o sistema de arrecadação da taxa.
- Ⓓ após a ocorrência dos atos e fatos sobre os quais incidir, cabendo à Secretaria da Justiça e de Defesa do Consumidor controlar o sistema de arrecadação da taxa.
- Ⓔ após a ocorrência dos atos e fatos sobre os quais incidir, cabendo à Secretaria de Estado da Fazenda controlar o sistema de arrecadação da taxa.

Questão 108

Em relação ao Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF), julgue os itens seguintes, com fundamento no Decreto n.º 30.479/2017.

- I O cálculo da receita bruta das empresas, para fins de aferição do dever de recolhimento do encargo devido ao FEEF, não deve levar em consideração o resultado nas operações em conta alheia, as vendas canceladas nem os descontos incondicionais concedidos.
- II O benefício auferido quando do pagamento do ICMS diferido nas importações do exterior de bens de capital novos não está sujeito à aplicação do encargo percentual a ser recolhido para o FEEF.
- III O pagamento do encargo percentual a ser recolhido ao FEEF deverá ser efetuado por meio de documento de arrecadação estadual (DAE).

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 109

De acordo com as disposições do Decreto estadual n.º 21.400/2002 em relação ao ICMS, assinale a opção correta.

- A O direito ao crédito de ICMS é extinto quando as mercadorias anteriormente oneradas pelo imposto forem objeto de devolução por consumidor final.
- B Em atenção ao caráter amplo da imunidade cultural, a não incidência do ICMS sobre as operações com papel destinado à impressão de livro, jornal ou periódico independe de prévio reconhecimento pela SEFAZ/SE.
- C O conceito de ativo permanente, para fins de creditamento do ICMS, não contempla mercadorias destinadas à edificação de bem imóvel, independentemente da vida útil.
- D O direito ao creditamento do ICMS é amplo, alcançando as operações relativas a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento.
- E O valor dos estornos de débitos não é considerado crédito fiscal para fins de cálculo do ICMS a recolher.

Questão 110

No que concerne ao Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), julgue os próximos itens, considerando o disposto na Lei estadual n.º 3.140/1991 e no Decreto estadual n.º 29.935/2014.

- I A administração do PSDI é atribuição da Secretaria de Estado da Fazenda, cujo órgão consultivo e normativo superior é o Conselho de Desenvolvimento Industrial.
- II Os benefícios fiscais previstos no PSDI sob a modalidade apoio fiscal não alcançam o ICMS retido por substituição tributária.
- III As empresas que estejam enquadradas em regime simplificado de apuração do ICMS são enquadráveis no PSDI para fins de redução da carga tributária.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

DIREITO TRIBUTÁRIO II – REFORMA TRIBUTÁRIA**Questão 111**

Assinale a opção correta no que concerne ao ITCMD, de acordo com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional (EC) n.º 132/2023.

- A O ITCMD será progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.
- B Relativamente aos bens móveis, a competência para a cobrança do ITCMD é do estado onde se processar o inventário ou arrolamento ou onde o doador tiver domicílio.
- C Relativamente aos bens imóveis, a competência para a cobrança do ITCMD é do estado onde era domiciliado o *de cujus* ou onde o doador tiver domicílio.
- D A alíquota do ITCMD independe do valor do quinhão, do legado ou da doação.
- E As alíquotas máximas do ITCMD serão fixadas pelos estados e pelo Distrito Federal.

Questão 112

De acordo com a EC n.º 132/2023, o IPVA

- A incide sobre tratores e máquinas agrícolas.
- B incide sobre a propriedade de aeronaves agrícolas.
- C incide sobre embarcações de pesca industrial.
- D poderá ter alíquotas diferenciadas em função do impacto ambiental do veículo.
- E incide sobre todo e qualquer veículo automotor terrestre, aquático e aéreo.

Questão 113

De acordo com as disposições introduzidas pela EC n.º 132/2023, a contribuição de iluminação pública (CIP) pode

- I ser utilizada para custear somente o serviço de iluminação pública.
- II ser utilizada para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública.
- III custear sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 114

Conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF), o imposto seletivo

- A poderá incidir sobre operações com energia elétrica.
- B não poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos.
- C será não cumulativo, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado nas etapas anteriores.
- D incidirá sobre exportações.
- E terá alíquotas que serão fixadas por lei ordinária.

Questão 115

Julgue os itens a seguir, em relação aos princípios que devem ser observados pelo Sistema Tributário Nacional, conforme previsão expressa no art. 145, § 3.º, da CF.

- I simplicidade
- II transparência
- III cooperação
- IV defesa do meio ambiente
- V não cumulatividade

Estão certos apenas os itens

- A** I, II, III e IV.
- B** I, II, III e V.
- C** I, II, IV e V.
- D** I, III, IV e V.
- E** II, III, IV e V.

Questão 116

Assinale a opção correta acerca do imposto sobre bens e serviços (IBS), conforme disposto na CF.

- A** O referido imposto integra a sua própria base de cálculo.
- B** O mencionado imposto não incide sobre a importação de bens materiais ou imateriais, — inclusive direitos — ou de serviços.
- C** A alíquota do IBS correspondente ao somatório das alíquotas da União, do estado e do município de destino da operação.
- D** Esse imposto é de competência compartilhada entre União, estados, Distrito Federal (DF) e municípios.
- E** O IBS incide sobre operações com bens materiais ou imateriais — inclusive direitos — ou com serviços.

Questão 117

A respeito do Comitê Gestor do IBS, julgue os itens a seguir.

- I O referido comitê é uma entidade pública sob regime especial com independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.
- II A instância máxima de deliberação do mencionado comitê deve ser composta por 27 representantes e do DF, além de 27 representantes do conjunto dos municípios e do DF.
- III Compete a esse comitê arrecadar o referido imposto, efetuar compensações e distribuir o produto da arrecadação entre estados, municípios e DF.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 118

De acordo com a Lei Complementar n.º 214/2025, consideram-se prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, para fins de incidência do imposto seletivo, os bens e serviços referentes a

- A** doces em geral.
- B** alimentos ultraprocessados.
- C** armas e munições.
- D** carnes e frituras.
- E** bebidas açucaradas.

Questão 119

No que diz respeito à não cumulatividade do IBS e da contribuição social sobre bens e serviços (CBS), assinale a opção correta.

- A** A imunidade e a isenção acarretam os mesmos efeitos que a alíquota zero sobre os créditos do IBS e da CBS nas operações anteriores.
- B** É possível a compensação de créditos de IBS com valores devidos de CBS.
- C** É possível a compensação do tributo devido com o montante cobrado nas operações anteriores de aquisição de bens, direitos e serviços, inclusive as consideradas de uso e consumo pessoal especificadas em lei complementar.
- D** O IBS e a CBS devem observar as mesmas regras de não cumulatividade e creditamento.
- E** Não se admite o crédito integral e imediato do tributo pago sobre as aquisições de bens de capital.

Questão 120

No que se refere à operacionalização do IBS e da CBS, assinale a opção correta, consoante o disposto na Lei Complementar n.º 214/2025.

- A** O Comitê Gestor do IBS atuará de forma individualizada para implementar soluções para a administração do IBS e da CBS.
- B** O sujeito passivo do IBS e da CBS poderá optar por emitir ou não documento fiscal eletrônico ao realizar operações com bens ou serviços.
- C** Não é possível o compartilhamento de informações cadastrais entre as administrações tributárias federal, estaduais, distrital e municipais.
- D** As pessoas jurídicas poderão optar por aderir ou não ao domicílio tributário eletrônico para receber intimações dos atos do processo.
- E** O Comitê Gestor do IBS e a Receita Federal do Brasil poderão instituir programas de incentivo à cidadania para estimular a exigência de documentos fiscais por consumidores.

Espaço livre